



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

 **ICICT**
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

Especialização em Comunicação e Saúde

CES

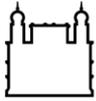
**COMUNICAÇÃO ENTRE TRABALHADORES DA COMISSÃO
NACIONAL PERMANENTE DO BENZENO:
REPRESENTAÇÕES DAS BANCADAS LABORAL E DO
GOVERNO SOBRE A NOÇÃO DE RISCO NO TRABALHO**

Deivson Mendes Santos

Projeto de pesquisa

Orientador: Prof. Dra. Adriana Kelly Santos

Rio de Janeiro, 2017



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SAÚDE

COMUNICAÇÃO ENTRE TRABALHADORES DA COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DO BENZENO: REPRESENTAÇÕES DAS BANCADAS LABORAL E DO GOVERNO SOBRE A NOÇÃO DE RISCO NO TRABALHO

por

Deivson Mendes Santos

Trabalho apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Comunicação e Saúde.

Modalidade de trabalho: Projeto de Pesquisa

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Kelly Santos

Rio de Janeiro, 2017

RESUMO

A partir desse projeto, pretende-se analisar os processos de comunicação da Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz) - entidade tripartite composta por representantes de trabalhadores, poder público e de entes patronais - quanto às representações das noções de risco sobre atividades envolvendo a cadeia de processamento do composto químico Benzeno. A CNPBz atua pela mediação destes atores no que tange à gestão de processos e operacionalização de atividades no mundo do trabalho que envolvem a cadeia de produção, processamento, distribuição e comercialização de produtos com base de insumo do composto químico 'Benzeno'. Esta substância é tecnicamente comprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e por outros entes de pesquisa, como de "alto risco" à saúde humana. A CNPBz também realiza estudos e elabora laudos técnicos com base nas propriedades do Benzeno e suas interações ambientais que trazem impactos à saúde humana. O objetivo deste projeto é olhar para a ala de representação dos trabalhadores na CNPBz, através das centrais sindicais, confederações de trabalhadores e sindicatos que a compõe, e dos órgãos que representam o poder público na pauta, e identificar quais as construções das noções de risco presentes nos discursos provenientes das interações desta bancada laboral e do Governo junto aos trabalhadores. A hipótese central desse projeto é a de que a comunicação exercida por esta bancada produz/reproduz discursos sobre a "gestão de riscos", comuns e apropriados à ala patronal, considerando apenas elementos técnicos a serem 'mensurados pelo patrão' e 'acompanhados pelo trabalhador', sob o crivo da responsabilização laboral pela própria carga de risco.

Palavras-chave: Benzeno; Campanhas; Comunicação e Risco; Comunicação e Saúde; Saúde do Trabalhador.

AGRADECIMENTOS

Esse projeto se iniciou, formalmente, no Curso de Especialização em Comunicação e Saúde (CeS), pela Fiocruz. Mas, continua em andamento...

Minha motivação é anterior, vem de Catu, região metropolitana de Salvador, Bahia. Local que faz parte do meu “cartão de apresentação” por onde circulo, Catu é uma das pioneiras no desenvolvimento da cadeia de produção e exploração terrestre de petróleo e gás no Brasil. É nessa cidade que me permiti perceber complexidades não apenas do mundo do trabalho, no qual este projeto pretende se dedicar a entender, mas também do mundo da vida.

Lembro das conversas no banco da praça. Ah, e nos botecos. Aliás, se tem um local em que a prosa mais informal sobre o tema ‘trabalho’ se desenrola, e que ainda me ajuda a compreender entremeios da atividade laboral, esse sim é o bar. Explico. Quando funcionários saem dos espaços institucionais da empresa e se percebem livres das formalidades as quais lhes são impostas, fica mais confortável falar sobre as dores e os prazeres relacionados às atividades que exercem no trabalho.

Fico grato aos meus familiares, amigos e colegas por compartilhar cada experiência de suas vidas comigo. Edson, os trechos tecnológicos de comunicação e a nossa amizade ainda nos aproximam! Cecília e amigos do Sindiquímica; Rogério, do MPT, na Bahia: sinto a responsabilidade e apreço que tenho por trazer cada narrativa de vocês para tentar formular questões e embasar meu processo de aprendizado, nos cursos de que participo e na vida.

Agradeço à minha irmã, Gerlane, pelo carinho e apoio. Registro a admiração por meus irmãos, Gemison e Uelton – obrigado pela oportunidade, junto às minhas cunhadas, em me proporcionar a honra de ser tio dos sobrinhos que amo! Mais uma vez, conseguimos, Mainha (Nanci) e Painho (Edilson)! Também fico feliz em dividir esse momento com Karla - namorada e grande parceira!

Sou grato aos professores, coordenação do curso e funcionários do Icict/Fiocruz pela contribuição à minha formação profissional e pessoal. Passei uma transição ‘Bahia-Rio de Janeiro’ e fiz amizades na turma CeS que me proporcionaram um clima de familiaridade inestimável. Muito obrigado!

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	1
2.OBJETIVOS	7
3.JUSTIFICATIVA	8
4.REFERENCIAL TEÓRICO	14
5.METODOLOGIA.....	25
6.CRONOGRAMA.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
APÊNDICE	33
1.Composição da CNPBz.....	33
2. Cronograma de reuniões da CNPBZ.....	34

1. INTRODUÇÃO

O composto químico Benzeno está presente nas atividades industriais, nos centros de distribuições comerciais e no dia-a-dia das pessoas. Processado desde a cadeia da indústria petrolífera à fabricação de solventes e tintas, a exposição a este produto químico se dá do posto de gasolina ao chão de fábrica, nas indústrias siderúrgica ou petroquímica. Mas, o tema sobre 'riscos de exposição ao Benzeno' ainda é pouco explorado e debatido, desde o ambiente laboral de fábricas e estabelecimentos comerciais aos centros de pesquisa das ciências naturais e humanas, quando se leva em consideração a necessidade de discussão sobre os processos de saúde/doença de trabalhadores nas relações laborais.

Esse composto é responsável pela causa de várias doenças, como câncer, leucopenia, leucemia, entre outras, decorrente do que o Ministério do Trabalho e Emprego (2012) classifica como "Benzenismo". Podem ser agudas quando ocorre exposição a altas concentrações com presença de sinais e sintomas neurológicos, ou crônicas, com sinais e sintomas clínicos diversos, podendo ocorrer complicações a médio ou a longo prazos, localizadas principalmente no sistema hematopoiético [formador de sangue] (Ibdem, p.21). Estando o Benzeno presente ao longo de toda essa cadeia, dada as suas propriedades, torna-se imprescindível discutir como os riscos de desenvolvimento das atividades envolvendo esse composto químico são agendados enquanto problema social de relevância pública e deliberado nos espaços de representação de pessoas que lidam diretamente com esse segmento econômico – aqui, estão incluídos os trabalhadores.

Um caso particular da indústria petrolífera no Brasil é o fato de toda essa cadeia fabril ser administrada pela Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás), enquanto operadora majoritária das atividades em todo território nacional. Em torno desta gigante companhia, orbitam milhares de empresas com vínculo de terceirização dos serviços complementares a essas atividades industriais. Essa configuração macroeconômica, política e técnica revela algumas nuances de como o processamento de compostos químicos acontece, suas condições de realização e os impactos sociais, ambientais e econômicos para a sociedade, incluindo pessoas em seus mais diversos espaços relacionais - sobretudo, no

mundo do trabalho. Tal monopólio de controle e administração da cadeia petrolífera revela a concentração de poder e as contradições de representação de interesses em torno do desenvolvimento dessa atividade.

A gestão de riscos de exposição do trabalhador se torna vulnerável às hierarquias de controle de processos fabris, que se legitimam nos contratos firmados entre grandes, médias e pequenas empresas, esbarram nas relações sociais do mundo do trabalho e, portanto, trazem impactos à saúde dos trabalhadores.

Os vínculos de terceirização de mão de obra revelam as desproporcionalidades entre a gestão formal dos riscos às atividades e os elementos informais que permeiam as relações sociais entre trabalhadores no exercício de suas funções. O controle burocrático de regulamentação das condições de trabalho se dá verticalmente entre as empresas operadoras, sendo a Petrobrás a principal da cadeia petrolífera, e aquelas de terceirização dos serviços. No que tange à prática laboral, são comuns os relatos e denúncias sobre a negligência das operadoras em acompanhar as empresas terceirizadas no cumprimento e complementaridade de serviços em malha industrial, quando as condições de trabalho entre aquelas primeiras e estas segundas são desproporcionais.

O Benzeno é uma substância tecnicamente comprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2012) e por outros entes de pesquisa como de “alto risco” à saúde humana. No Brasil, a gestão de riscos das atividades de toda a cadeia é representada pela Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz). Esta atua pela mediação destes atores quanto à gestão de processos e operacionalização de atividades no mundo do trabalho que envolvem a cadeia de produção, processamento, distribuição e comercialização de produtos com base de insumo desse composto químico. A CNPBz é tripartite, composta por representantes de trabalhadores, entes do poder público e representantes patronais¹. A CNPBz também realiza estudos e elabora laudos técnicos com base nas propriedades do Benzeno e suas interações ambientais, que trazem impactos à saúde humana.

¹ ver composição da Comissão num apêndice localizado ao final deste trabalho, na página 33.

A partir de pactos entre os entes que a compõem e parcerias realizadas com instituições de pesquisa e órgãos do poder público, a CNPBz delibera normas que regulamentam a operacionalização de atividades que envolvem o manuseio direto ou indireto de produtos primários e derivados a base do Benzeno. Assim, o tempo de exposição, a distância mínima de contato, as condições de estocagem destes produtos, a concentração do Benzeno no ar e em reações químicas por contágio e interações com outros compostos, entre outros fatores, são constantemente atualizados para que haja “padrões de segurança” a serem seguidos por pessoas/empresas que lidam com tais atividades.

Apesar de haver avanços técnicos e sociopolíticos para que o setor seja devidamente representado e regulamentado, o “trabalho em exposição ao Benzeno” ainda constitui um desafio quanto aos limites que seres humanos podem suportar para que continuem mantendo uma relação de trabalho sem que comprometam sua saúde e, conseqüentemente, sua vida. Os embates sobre os “indicadores” de exposição do trabalhador ao Benzeno envolvem perspectivas de campos como a Epidemiologia, Saúde do Trabalhador, Medicina Ocupacional, da Sociologia, Antropologia, Comunicação e Saúde, etc. Constituem um esforço coletivo e interdisciplinar para tratar as diferentes construções sobre as noções de risco quanto às atividades envolvendo a gestão da cadeia de processamento do Benzeno. Assim, ao tratar das diferentes noções de risco, é preciso pensar na gestão de risco como um esforço de reconhecer condições específicas as quais os processos de saúde/doenças se configuram, como também, nas tentativas de agir com base nas experiências que os sujeitos têm frente às situações múltiplas de ocorrências eventuais sob risco.

Segundo a perspectiva da Epidemiologia, a gestão de risco de exposição dos trabalhadores pode ser entendida como prática de controle dos agentes de riscos com vistas à promoção da saúde de sujeitos. É nesse contexto que Castiel (2015) fala sobre o surgimento da Epidemiologia no desenvolvimento da Saúde Pública, sobretudo no que tange às tentativas de controle destes agentes que condicionam os processos de saúde/doença. Segundo o autor, o agravamento de doenças, em determinado território, é resultante

do desenvolvimento de uma atividade específica, a partir de um espectro definido de risco a ser “gerido”. Primeiro, as doenças não ocorrem por acaso; segundo, elas têm fatores causais que podem ser identificados por meio de diferentes populações, em diferentes tempos e lugares (idem, p.37). O conceito de risco é, portanto, usado em epidemiologia como forma de compreender e medir a probabilidade de ocorrência de agravo à saúde (idem, p.38).

Logo, os indicadores de mensurações sobre as condições ambientais e agentes causais de doenças, assim como as ações de promoção da saúde, são importantes para se pensar e agir pela proteção do sujeito nas suas relações laborais. Respaldam o estabelecimento de normas a serem seguidas com fins de prevenção, mitigação ou anulação dos fatores de riscos às atividades laborais pelas quais os trabalhadores estão vulneráveis. Portanto, o risco é tecnicamente aferível a partir de critérios devidamente pactuados com base em estudos e pesquisas das ciências que nele se ocupam para “entendê-lo” e, enfim, o “gerir”.

Ao se colocar em evidência a premissa da gestão de risco, a epidemiologia aponta para uma das questões centrais na análise da noção de risco, a responsabilidade pela gestão de riscos. O que demanda uma análise de diversos fatores que integram as relações sociais de produção, nas quais as atividades da cadeia do Benzeno estão inseridas. Neste ponto, os estudos dos campos das Ciências Sociais e Humanas, ao considerarem os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais nessa análise, contribuem para que os processos saúde-doença-adoecimento relacionados ao trabalho com Benzeno sejam identificados e, por conseguinte, discutidas as diferentes percepções de risco, sobretudo quanto às várias dimensões das responsabilidades pela gestão de riscos.

Enquanto um dos elementos intrínsecos à vida e, portanto, aos modos de produção material da sociedade, o risco constitui uma das contradições do sistema capitalista e da situação de vulnerabilidade do trabalhador na relação laboral, considerando os impactos e alterações dos processos de saúde/doença deste sujeito. Até que os conceitos se tornem práticas, conformem um arcabouço de políticas de saúde e até se configurem enquanto normas técnicas, há de se reconhecer o percurso do risco enquanto é

percebido, materializado, vivenciado, debatido e reconhecido a partir dos fatores que o legitimam como uma construção social. Então, as noções de risco das atividades com Benzeno são caracterizadas por discursos que o legitimam, conforme os atores e contextos aos quais os seus sentidos são disputados ou negociados.

Sendo a CNPBz tripartite, que atua pela negociação de gestão de risco às atividades da cadeia de processamento do Benzeno, poderia se pressupor que os discursos provenientes de representantes sindicais de base laboral circulam proporcionalmente conforme interesses de reivindicação por direito à saúde; quando oriundos de entes públicos, que fiscalizam o cumprimento de normas e estabelecem consensos para equilibrar interesses, pressupõe-se que o discurso seria de mediação dos conflitos; já na base patronal, o discurso seria de empregadores que tentariam se afirmar enquanto exímios cumpridores de normas e promotores da ordem técnica e institucional de segurança aos trabalhadores.

Na tese que defendeu pela Universidade de Campinas (1996), em “Um Estudo sobre as Formações Discursivas da Academia, dos Serviços e do Movimento Sindical”, Francisco Antônio de Castro Lacaz analisa as diferentes clivagens de hegemonia a partir dos discursos circulantes entre os atores que se dedicam à Saúde do Trabalhador no Brasil e no mundo. Para Lacaz, as contradições do sistema capitalista, que afetam as relações sociais e de trabalho, se revelam nos discursos em fluxo. Recorrendo à Foucault (1987), Lacaz (1996) faz uma relação das ‘práticas discursivas’ com a produção de conhecimentos e incorporação da experiência do trabalhador como necessária para a busca de “verdades” a cerca da realidade, a partir da perspectiva do trabalhador e de suas instâncias de representação simbólica e institucional.

“Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (p.4)”.

Lacaz (1996) se dedica a entender como a classe trabalhadora passa a desempenhar um papel de propositor, no que tange à produção de conhecimento e, além disso, na busca de legitimidade de discursos que, outrora, estariam a margem das decisões de governo e, também, do “escritório do patrão”. O pesquisador aborda as contribuições de Foucault sobre as práticas discursivas enquanto elementos importantes para se perceber essa tensão de sentidos, presentes nos enunciados que circulam entre os sujeitos atuantes no binômio ‘Trabalho’ e ‘Saúde’, mas que extrapola o discurso e permeia as relações sociais estabelecidas.

Entende-se que as interações entre as bancadas da CNPBz e trabalhadores se dão por processos de mediação, aos quais os interesses são negociados para que os propósitos destes atores possam ser, proporcionalmente, pactuados – e aqui (pelo enfoque deste projeto) estão inclusas as noções de riscos sobre o exercício da atividade laboral em exposição ao Benzeno.

Deste ponto de vista, a hipótese desse projeto é a de que a comunicação exercida pela bancada laboral produz discursos sobre a gestão de riscos comuns à ala patronal, considerando apenas os elementos técnicos a serem mensurados pelo patrão e acompanhados pelo trabalhador. A CNPBz, em sua comunicação, acaba por reproduzir noções unilaterais de risco a partir da responsabilização do trabalhador por sua segurança e saúde no trabalho. O que, em certa medida, ratifica as relações laborais que amplificam as situações de vulnerabilidade e riscos as quais os trabalhadores estão submetidos. Ao partir desta perspectiva, consideramos que os embates sobre os indicadores de exposição aos riscos de Benzeno ao trabalhador envolvem diversas perspectivas e se configuram em uma arena de disputas de sentidos construídas entre os atores da CNPBz. Nesse âmbito, as representações das noções de risco traduzem fenômenos de uma ordem simbólica.

Em Martín-Barbero (2004, p.68), a expressão “ecossistemas comunicativos”, que, segundo o autor, diz respeito aos processos interacionais pelos quais os sujeitos sociais se aglomeram para garantir representações de interesses a partir de suas projeções nesses espaços relacionais, em perspectivas coletiva e individual.

Na investigação, se levará em conta as mediações sociais pelas quais se constroem as noções de riscos entre as alas de representação da Comissão. Nesse processo, se tomará como objeto a análise dos dispositivos de comunicação (atas de reunião e os materiais de comunicação elaborados por sindicatos/centrais sindicais e órgãos públicos), através dos quais as disputas de sentidos sobre os riscos no processo de trabalho com Benzeno são tecidas. De modo que, na identificação de enunciados e das formações discursivas, verifique-se como são construídos as interações entre os sujeitos, os sentidos presentes nos discursos e as contradições intrínsecas aos processos sociais que se revelam na comunicação sobre o Benzeno.

2. OBJETIVOS

Geral:

Analisar como a noção de risco é construída nas atas de reunião e nos materiais de comunicação produzidos pela CNPBz.

Específicos:

- Verificar se a concepção de risco vigente nos discursos patronais estão presentes nas atas de reunião e nos materiais de comunicação produzidos pelos representantes da ala laboral e do poder público na CNPBz;
- Verificar se os discursos enunciados destacam os trabalhadores enquanto protagonistas da própria carga de risco específico ao desempenho de suas atividades laborais;
- Verificar se os discursos de “culpabilização” ou responsabilização do trabalhador ao próprio risco de suas atividades são/estão “ditos” ou “não-ditos” nos materiais de comunicação;
- Verificar quais concepções dos processos de saúde/doença são representadas nas narrativas figuradas nos materiais informativos produzidos e documentos emitidos pelos entes de representação laboral e de governo na CNPBz.

3. JUSTIFICATIVA

As campanhas pelo tema 'cuidados com atividades envolvendo o Benzeno' tiveram início na chamada Operação Caça ao Benzeno, que surgiu na década de 1980, quando dois trabalhadores do Polo Petroquímico de Camaçari, Região Metropolitana de Salvador (BA), faleceram por motivos do Benzenismo. A campanha foi organizada inicialmente pelo Sindicato de Químicos e Petroquímicos (Sindiquímica), que representa a categoria na Bahia. Em 1991, sindicatos do ramo em todo o Brasil oficializaram uma campanha unificada, através de uma parceria com o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Assim, várias cartilhas e jornais impressos da categoria se dedicaram a denunciar casos de intoxicação ou sinalizar os possíveis agentes de riscos aos quais os trabalhadores estariam expostos. Uma norma técnica de diagnóstico e controle de exposição ao Benzeno fora publicada pelo Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, em 1993. Este período, de transição entre o fim da década de 1980 e o início dos anos 1990, foi protagonizado pela eclosão de intensas greves (como a paralisação total do Pólo Petroquímico de Camaçari por 16 dias, em 1985) e, não menos, a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde e posterior criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em paralelo à Medicina Ocupacional que se desenvolvia, foram impulsionadas no movimento sindical uma significativa profissionalização dos procedimentos técnicos e saberes e uma estruturação institucional que possibilitou a constituição de um campo próprio de ST e à criação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest's) em vários estados de todo o país. Nesse período, o movimento sindical se inseriu nos debates políticos, mas também, participou da elaboração de laudos técnicos sobre nexos de causalidade entre agravo de doenças e notificações de acidentes de trabalho.

Em 1995, após intensos debates e negociações, CUT e órgãos de representação de ST no Brasil, junto à Confederação Nacional da Indústria (CNI), fizeram o Acordo Nacional do Benzeno que, através da portaria n.º 14 de 20 de dezembro de 1995, criou a CNPBz. O objetivo, desde então, é de acompanhar o cumprimento do Acordo e do Anexo 13 da Norma

Regulamentadora (NR) 15, que versam sobre atividades e operações insalubres no mundo do trabalho.

Embora algumas correntes do movimento de trabalhadores fossem contra a instituição do SUS, em detrimento do uso de serviços da saúde suplementar e previdenciária, é nesse momento de descoberta dos nexos de Benzenismos e morte por agravo de doenças que a produção de conhecimentos dos trabalhadores ganha força. As empresas passaram a disputar a legitimidade dos nexos causais, contratando médicos para trabalhar em função de seus interesses. A Medicina Ocupacional e a ST, a partir da Reforma Sanitária Brasileira, passaram a se constituírem enquanto campos em disputa de capital social entre si.

Estes campos têm suas tensões e evidenciam o momento histórico em que 'Saúde' e Trabalho' passaram a ser pautados com objetos de uma mesma realidade, embora com inclinações de campos bem diferentes. Sobre a relação entre a Saúde do Trabalhador e a Medicina Ocupacional, Lacaz (1996) considera os deslocamentos de poder entre estes dois campos, cada um com seus paradigmas e capitais envolvidos na produção de conhecimento. Para o autor, a Saúde Ocupacional/Medicina do Trabalho e ST passara a atuar em polos de disputas por hegemonia. A Medicina Ocupacional estaria a serviço da empresa para desempenhar o papel instrumental de reprodução material-capitalista, pela qual a "gestão dos processos de saúde/doença" teria o viés do do "patrão".

"Contribuem para a alienação do trabalhador, desinformação [e para] maior poder e controle do capital sobre a força de trabalho [ou, a para] alienação do trabalhador [pela] informação restrita e ideologizada [com] atuação técnica autoritária dos profissionais de saúde no ambiente de trabalho e fora dele (TAMBELLINI et.all, 1986 *apud* LACAZ, 1996, p.5)".

Surgindo a partir de uma "consciência sanitária" e por movimentos políticos e ideológicos em ebulição no mundo, a partir das tentativas de deslocamento de poder mediante o conflito de classe, a ST passou a se constituir enquanto campo de resistência, que se concebia no chão de fábrica e se desdobrava nos debates da medicina comunitária que surgia. A ST seria, então, contra-hegemônica à ordem imperiosa da Medicina Ocupacional, cuja

missão estaria na representação de 'Trabalho' e 'Saúde' a partir da perspectiva dos trabalhadores e também dos movimentos sociais. De acordo com Lacaz (1996, p.4), a ST tinha, entre outros objetivos, o de "elevar o nível de consciência sanitária dos trabalhadores", para romper com uma rede de relações de poder, que não se situa apenas nos aparelhos ideológicos de Estado, mas perpassa os interesses dos sujeitos frente às suas causas comuns.

O agendamento dos temas relacionados ao Benzeno constitui uma conquista dos movimentos reformistas para disputar sentidos dos processos de saúde/doença - até então, eram vistos hegemonicamente sob o prisma da Epidemiologia vinculada à Medicina Ocupacional. Faz-se necessário situar a emergência dos debates a cerca do Benzenismo nesse momento histórico em que a ST, segundo Tabellini et. al (1986, *apud* LACAZ, 1996, p.5-6), "configuraria um campo de conhecimento (saberes) e de práticas em construção, informado pela categoria 'Trabalho e Saúde' e que procura identidade própria por referência à Saúde Ocupacional e à Medicina do Trabalho", que, para Mendes (1980, *apud* LACAZ, 1996, p.6), são:

"disciplinas" com método e "visão de mundo" que situam na clínica e na *Medicina Preventiva e Epidemiologia* privilegiando a abordagem da *História Natural da Doença* ao transpô-la para a análise das doenças e acidentes do trabalho mediante o uso da tríade "agente-hospedeiro-ambiente" que orienta inclusive o papel a ser desempenhado pelos Serviços Médicos de Empresas e a conceituação da Saúde Ocupacional conforme foi elaborada no início dos anos 50 pelo Comitê Misto de perito patrocinado pela OIT-OMS".

A gestão dos riscos de exposição dos trabalhadores ao Benzeno tornou-se tema de campanhas pelo cuidado de indivíduos no exercício laboral no Brasil. Os registros de Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) se constituíram como importantes fontes de debates em reuniões e até em dissídios na Justiça do Trabalho sobre como atribuir responsabilidades frente a estes riscos. As campanhas pelo tema passaram a sinalizar a divulgação de notícias e informes publicitários nos materiais de comunicação elaborados por empresas, órgãos públicos e sindicatos que atuam diretamente neste segmento.

Essa constituição de sentidos sobre a realidade está fragmentada e pode ser “mapeada” com uma “arqueologia de saberes e práticas”. Não se volta para as hierarquias que se estabelecem entre esses elementos dentro da prática discursiva (LACAZ, 1996). O intuito é verificar, no discurso, “suas condições de possibilidade”, que,

“através da análise dos documentos agora tomados como “monumentos” que contam e delineiam através dos “enunciados e dispositivos” as verdades e normas de uma época; enfim, a instauração de saberes e práticas com estatuto de cientificidade variada (FOUCAULT, 1987 apud LACAZ, 1996, p.7).

O ato de debruçar sobre os materiais de comunicação e os documentos de atas de reunião da CNPBz representa uma “arqueologia de saberes e práticas” que a comissão estabelece para pesquisar, debater e deliberar normas e procedimentos que são constituídos e, também, constituem-se na realidade multifacetada e fragmentada dos processos de trabalho e do mundo da vida. É possível mapear como os interesses dos entes que compõem a CNPBz ora se coadunam ora se chocam, a partir dos enunciados que se configuram e se materializam nos atos comunicativos dos sujeitos que representam a pauta.

Ao trazer as reflexões sobre as diferentes construções das noções de risco a partir dos campos de produção do conhecimento e deliberação política, é possível verificar como as angulações de hegemonia e contra-hegemonia se formam nos enunciados a serem analisados. Também há de se reconhecer os silenciamentos dentro das práticas discursivas que, via de regra, também carregam rastros de interesses obscuros, muitas vezes, aos discursos a serem analisados – e que nos dá uma dimensão das relações de poder que se estabelecem entre os sujeitos.

Lacaz problematiza os elementos intrínsecos ao discurso, embora seu olhar esteja voltado para as dinâmicas estruturais de classe e de como o campo de Saúde do Trabalhador pode contribuir na análise dos processos de saúde/doença, considerando os aspectos “históricos-sociais-estruturais”. O autor abre a seguinte questão: “Dado o caráter do campo de conhecimento que está sendo estudado, com conflitos intrínsecos e contradições de interesses, é

cientificamente pertinente esquivar-se também e não estabelecer hierarquias e determinações?”. “Provavelmente não”, pondera (1996, p.7).

Logo, há uma necessidade de se voltar ao “dinamismo dialético do campo” para se compreender os “elementos da infra-estrutura (processo econômico, trabalho industrial),... a estrutura de classe (processos sociais), elementos de superestrutura ideológica (sistema de normas...)” (FOUCAUL, 1987; LACAZ, 1996). Esse projeto se justifica na perspectiva de reflexão sobre a produção do conhecimento dos trabalhadores a cerca dos riscos e condições de realização de suas atividades, além de se verificar como a participação política desses trabalhadores se qualifica a partir de alguns elementos dialéticos do campo de Saúde do Trabalhador,

considerando-se as contradições que encerram, na medida em que este campo estaria situado na encruzilhada entre os desígnios do poder econômico do capital e as possibilidades de superação e transformação da realidade, através da luta política desenvolvida pelo polo de trabalho em cada sociedade concreta (LACAZ, 1996, p. 7).

Através da atuação das centrais sindicais, confederações e sindicatos de representação dos trabalhadores, as campanhas desenvolvidas por esses entes de representação laboral agendam o tema e provocam a circulação dos sentidos das noções de risco sobre a cadeia de gestão do composto Benzeno. Sinalizam a questão pela sua natureza, tanto de classe, como também (amplamente) de ordem pública, através das redes institucionais e de sociabilidades estabelecidas, ou mediante os dispositivos de comunicação extensos aos diferentes agrupamentos de sujeitos que integram estas redes. As relações de representação se configuram, então, a partir destas práticas de comunicação. Sugerem o que é relevante (ou não) levar à esfera de decisões públicas.

Mesmo com as progressivas especializações em produção de conhecimento e atuação em ST, os riscos das atividades desenvolvidas no mundo do trabalho ainda são parte de uma grande “caixa preta” que, em um ou outro caso, é aberta. Portanto, os processos de comunicação também estão relacionados aos modos de lidar com os riscos e ao que e a quem estes riscos representam; estão relacionados aos meios de manutenção e preservação da

vida (enquanto antítese dos riscos). Pode-se inferir que o acesso, manipulação e uso das informações são diretamente proporcionais aos cuidados de si, por cada sujeito. As campanhas alavancadas por centrais sindicais, confederações, sindicatos e outros entes de representação dos trabalhadores revelam os enquadramentos atribuídos ao tema nos materiais de comunicação e o quanto isso impacta no acesso às informações que municiam decisões que representam estes trabalhadores.

Contudo, a comunicação de riscos de exposição do trabalhador ao Benzeno ainda é um tema pouco explorado em âmbito de pesquisa no Brasil. Para nortear a relevância e encaminhamento da proposta deste projeto, foi realizado um levantamento bibliográfico entre os meses de novembro e janeiro de 2016, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SiBiUSP). Nessa busca, fora constatada que, além de uma lacuna de estudos sobre “Comunicação e Saúde do Trabalhador”, “Comunicação de Riscos”, Epidemiologia e Comunicação de Riscos, há uma baixa produção de referências acadêmicas que abordem estas interfaces com foco em poluição ambiental e desenvolvimento de atividades que envolvem a cadeia de processamento do composto químico Benzeno.

Ao correlacionar essas pesquisas com o tema ora investigado, ressalta-se a pertinência de tratá-lo de forma interdisciplinar e, assim, poder observar como os processos e práticas de comunicação tratam as responsabilizações de risco pelo trabalhador nas atividades que envolvem a cadeia de processamento do Benzeno, através dos materiais de comunicação elaborados pelas entidades que atuam pela saúde do trabalhador. Tais materiais de comunicação, produzidos por esses entes, são dispositivos de enunciação que produzem discursos provenientes das relações de poder que se estabelecem no mundo do trabalho e na sociedade.

A importância desse estudo se deve à necessidade de contribuir, no âmbito acadêmico, com os estudos que articulam os temas da comunicação e Benzeno, e no contexto das práticas comunicativas de profissionais de comunicação e dos gestores de entidades que representam a defesa pela saúde dos trabalhadores no que tange à contextualização dos processos de responsabilização de riscos. Deste modo, esperamos contribuir para o diálogo

entre trabalhadores que atuam na cadeia de processamento do Benzeno e suas instâncias de representação no mundo do trabalho ou em outras esferas de atuação pela causa na sociedade civil.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao tratar de normas a serem adotadas para segurança de pessoas, as responsabilidades pela prevenção, mitigação ou anulação dos riscos de contaminação indevida ao composto Benzeno perpassam fenômenos de objetivações e subjetivações quanto aos sentidos que o cuidado no desenvolvimento de atividades do ramo assume. As normas podem ter uma função de controle entre processos, ambientes e pessoas quando se busca disciplinar, empregado e empregadores, para que se possam seguir os ritos de segurança no trabalho, em função dos riscos aferidos às atividades que envolvem o processamento de benzeno.

Assim, as noções dos processos de saúde/doença que os representantes da Comissão possuem se materializam em procedimentos e normas, em acordos deliberados, como causa e consequência de um “poder disciplinar”, que regula as condições de trabalho.

É com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor... A disciplina (...) é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumento de seu exercício (FOUCAULT, 1977).

Mas, o “seguir as normas operacionais” traz consigo sentidos que transbordam o ato de desvio do risco, a partir de dispositivos técnicos e organizacionais, e abarca uma série de elementos que põe em destaque de análise a responsabilização pelo crivo entre a escolha de adotar comportamentos, perpassados por valores e sentidos nem sempre negociáveis em âmbito administrativo/formal, por patrão e trabalhador - quando a relação social no mundo do trabalho se dá por tensões e disputas de interesses objetivamente equilibrados – e as iniciativas de conscientização traçadas. Um dos objetivos das ações de comunicação quanto aos procedimentos é o de

informar ao empregado sobre os seus direitos à saúde ou de advertir o empregador quanto aos seus deveres de promoção à saúde do trabalhador.

Vale a pena refletir sobre o conceito de risco, pelo menos tendo como referência o contexto das relações de trabalho. Se um determinado produto químico processado no ambiente fabril, por exemplo, tem uma reação nociva à saúde do trabalhador, é de se supor (imediatamente) que ou o trabalhador e qualquer ser humano (inclusive, em outros ambientes) não devam estar em contato direto nenhum com a substância ou que essa proximidade tenha seus impactos mitigados por medidas de segurança a serem adotadas. Isso não anula a ocorrência do risco, e sim, fraciona este risco em escalas de ameaças à saúde destes indivíduos.

O exemplo acima ilustra algumas variações que se pode suscitar sobre sentidos de risco quanto à sua ocorrência, indicadores de sua aferição, escalas de sua tolerância e legitimidade quanto ao controle de sua tolerância e aos atores que, direta ou indiretamente, são impactados com a sua ocorrência.

Fatores de Determinações Sociais da Saúde nas atribuições de risco

Na perspectiva da economia política marxiana, o trabalhador vende a sua força laboral para um patrão que, por sua vez, condiciona a produção de mercadorias sob a lógica do menor recurso empregado para custeio de fabricação e maior rentabilidade possível sob o valor agregado nesse processo, pelo qual obtém seu lucro. Nessa lógica, o desempenho do trabalhador e o real produtor do sobrevalor da mercadoria - o objetivo geral é substituir o trabalhador pela máquina, transformando trabalho vivo em trabalho morto, mas mesmo a parcela do trabalho vivo que não pode ser totalmente subsumida precisa seguir o ritmo e a lógica de organização do trabalho imposta pela máquina.

A estrutura física e mental, as condições de operação de máquinas, os estágios emocionais e toda uma relação deste trabalhador com seu corpo, em movimento, em interação com o meio e com seus pares, de um modo geral, representam os fatores preponderantes à sua saúde. A esse respeito, Irwiny Solar (2007) cita os estudos pioneiros de Zion e Westphal, que chamam a atenção para as variações materiais como “habitação, alimentação, trabalho,

saneamento e outros; psicossociais e comportamentais; e biológicos”, enquanto fatores de Determinações Sociais da Saúde (DSS).

O problema é quando estes fatores não são equacionados na relação capital-trabalho de modo a manter ou “maximizar” a saúde do trabalhador (não que isso seja uma relação matemática, exata) e, concomitantemente, o seu desempenho no processo laboral, até que os lucros sejam potencializados pelo empregador. Os fatores condicionantes dos diferentes estágios de saúde desse corpo, para além dos seus atributos fisiológicos, constituem graus de poderes internos e externos às organizações fabris, que exercem influência à esse corpo, justificando os processos de DDS.

Para além da fábrica, este trabalhador exerce papéis sociais com seus pares, mantém hábitos físicos de toda sorte – é um corpo, humano, que interage com outros ambientes por onde produz e compartilha diferentes experiências de vida. À medida que estes fatores variam entre um evento e outro, no espaço e no tempo, convencionou-se atribuir escalas de riscos, as quais o corpo, em sua dimensão ontológica, está condicionado na sua relação com os diferentes ambientes. É no ambiente de trabalho que o corpo humano também é moldado. O corpo assume uma dimensão simbólica de valor que varia conforme as condições as quais está submetido, tendo como parâmetro a manutenção de sua integridade e da sua permanência na vida.

Não apenas o corpo físico é objeto da especulação probabilística destes indivíduos, e sim, um conjunto de outros fatores extensos à este corpo são ponderados no processo decisório de submissão ao risco, que, nesse caso, é uma “probabilidade de perigo, geralmente, com ameaça física para o homem e/ou para o meio ambiente” (idem, p.28), dentro de uma perspectiva favorável de que algo venha a ocorrer, uma chance. Castiel (2015) considera as predições de risco (probabilidades) um ente ontológico no qual as relações de causa e efeito podem ser melhor demarcadas a partir do domínio de práticas de medicina experimental e da própria epidemiologia, mas nunca desconsiderando os fatores de ordem temporal e os elementos de agravos conferidos à uma prescrição de normalidade inserida num contexto sociocultural e político sobre os riscos aferidos.

As causalidades são complexas e multivariadas. As intenções começam

a depender de definições com certa dose de incerteza, e uma delas é a do objeto incerto denominado risco (CASTIEL, 2015, p.28). Aquele acaso das relações sociais no trabalho é resignificado pelo cálculo de riscos assumidos pelos indivíduos. Os fatores de DSS se tornam também complexos na medida em que o poder de escolha destes indivíduos se concentra em variáveis que, ironicamente, não dominam na sua totalidade.

Responsabilização do trabalhador pela “carga de risco”

Um grande problema surge justamente na delimitação das fronteiras dos riscos. Entender as dinâmicas sociopolíticas internas às organizações e para além destas é imprescindível, considerando que as empresas pelas quais estes trabalhadores vendem sua mão de obra seguem uma lógica econômica e política que atende aos modelos de organização de uma sociedade num dado contexto espaço-temporal.

O que a literatura tem apontado é que os modos de produção capitalista e o regime neoliberal, que, dentre outros fatores, assumem a mínima intervenção do Estado na economia e, portanto, na regulação da coisa pública, atendem à uma demanda de representação do sujeito social focada em processos de individualização. Ulrich Beck (2013) se refere à certo cinismo de civilização, que, portanto, exime a responsabilidade do poder público e de instituições de representação dos direitos coletivos em promover justiça social e equalização das diferenças decorrentes das contradições capitalistas. Ao falar sobre as configurações de uma Sociedade de Risco, Beck elucida sobre a vigência de uma modernidade avançada, pela qual, segundo o autor, “a individualização se consoma sob as condições liminares de um processo de socialização que progressivamente impossibilita emancipações individuais” (idem, p.194). O sociólogo aponta para um simulacro de liberdades e emancipações que torna o sujeito aparentemente autônomo em refém de um jogo de forças em que as regras já estão postas por instituições que deveriam o representar – em tese, proporcionalmente aos interesses deste sujeito nela projetado.

“É certo que o indivíduo se desonera de estruturas de sustento e vínculos tradicionais, mas recebe em troca as pressões do

mercado de trabalho, de uma subsistência baseada no consumo e das padronizações e controles contidos em ambos. Em lugar dos vínculos e formações sociais tradicionais (classes sociais, família nuclear), entram em cena instâncias e instituições secundárias, que imprimem sua marca na trajetória do indivíduo e atuam no sentido contrário do arbítrio individual que se realiza sob a forma de consciência, tornando-o um juguete de modas, circunstâncias, conjunturas e mercados (Idem, 2013, p.194).

Algumas reflexões também tornam os sentidos de riscos abertos: se por acaso o trabalhador tem conhecimento acerca das condições laborais e dos riscos inerentes a estas situações e resolve, ainda assim, manter o vínculo empregatício e voltar ao ambiente de trabalho, há pressupostos de que a escolha é própria e consciente, mesmo por motivações outras que este (re)significa pelos seus referenciais afetivos e sociais – podem até entender os cálculos de tempo de exposição ao benzeno, sobre os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários, entre outros requisitos necessários à sua saúde (que talvez não tenha à sua disposição), mas resolvem continuar trabalhando porque o risco de não prover sustento à sua família (se não ir ao trabalho, mesmo arriscado) seja muito mais valorativo que a sua própria vida; além de outras situações hipotéticas para se pensar sobre o tema. Convém pensar como as atribuições de responsabilidades sobre os próprios riscos ao trabalhador levam em conta extensões de sua identidade para além do espaço formal da empresa, mas que produzem impactos diretos ou indiretos nesta.

“A vida privada se torna assim cada vez mais patente e claramente depende de circunstâncias e condições que escapam inteiramente ao seu controle. Paralelamente, surgem situações de risco, conflitivas e problemáticas, que se contrapõem, por conta de sua origem e de seu feitio, a qualquer tipo de arranjo individual. Elas envolvem, como se sabe, praticamente tudo aquilo que é discutido disputado social e politicamente: desde os assim chamados “nódulos do tecido social”, passando pela negociação de salários e condições de trabalho, até a resistência contra as intervenções burocráticas, a oferta de oportunidades educacionais, e regulação de problemas no trânsito, a proteção contra danos ao meio ambiente etc. A individualização incide, portanto, em

meio à um quadro de condicionamentos sociais que, mais do que nunca, impedem uma existência individual emancipada (BECK, 2013, p. 194-195)".

Esse processo de responsabilização individual também assume outra face. O conceito de risco homogeneiza as contradições no presente, estabelecendo que só se pode administrar o risco de modo racional, ou seja, por meio da consideração criteriosa de probabilidade de ganhos e perdas, levando em consideração as decisões tomadas (CASTIEL, 2015, 9.29). Se a tendência é a de que o empregador dê carta branca ao empregado, no sentido de responsabilização sobre riscos, as sanções não se corporificam por regras impostas hierarquicamente, através de procedimentos burocráticos ou administrativos. No âmbito de uma "sociedade do controle", conceito de Deleuze (1992), essa disputa de poder (através do controle) ocorre não apenas dentro do ambiente de trabalho, e sim, fora deste ou entre espaços formais de representação do empregador e empregado e nas esferas de percepção de controle entre indivíduos. Uma disputa de sentidos dos riscos a serem assumidos, enquanto objeto de responsabilização, ocorre também nas arenas dos discursos cambiantes entre patrão e empregado.

Comunicação e Saúde

No Brasil, a gestão e operacionalização da Saúde Pública se configuraram pela lógica capitalista-desenvolvimentista do Estado, com o objetivo de propiciar condições saudáveis à população. Aqui, pode-se inferir que as tentativas de controle social tinham por objetivo localizar os vetores de riscos que, naquela situação, eram os fatores condicionantes de doenças. "As epidemias de febre amarela, peste e varíola, no início do século passado, comprometeram a economia agroexportadora, impondo ao poder público o saneamento dos portos, a adoção de medidas sanitárias nas cidades, o combate a vetores e a vacinação obrigatória" (PAIM, 2014, p.28).

De acordo com Paim (2014, p.31), "este tipo de *saúde pública* não tinha qualquer integração com a *medicina previdenciária* implantada nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), nem com a *saúde do trabalhador*" (itálicos do autor). Mas, há em comum a responsabilização do trabalhador pelo próprio

adoecimento, quando as condições de trabalho e fatores de múltiplas causalidades do mundo da vida não estão ao seu controle, mas são determinantes nos processo de saúde/doença. Ao falar sobre a construção do campo de ST no Brasil, Minayo-Gomez (1997) destaca o surgimento da medicina ocupacional, que se estreitou ao departamento de Recursos Humanos das empresas e, então, assumiu posição de campo – comumente, desconsiderando interesses do trabalhador, quando os nexos causais para atestado de saúde/doença foram, desde sempre, duvidosos.

Para garantir a viabilidade do projeto de Saúde Pública no país, o estado brasileiro, que já tinha ciência de um histórico de revoltas sociais às ações sanitaristas (a exemplo, a deflagração da Revolta da Vacina, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em 1904), implementou um conjunto de medidas com o objetivo de intervir nos casos de riscos, informar e educar a população sobre os cuidados à saúde, através das campanhas sanitárias. Além das práticas coercitivas à promoção de Saúde Pública, outras formas de controle social perseguiram a adesão popular, “como um instrumento que, utilizando as armas ostensivas da propaganda, procura criar um clima favorável à atuação da Saúde Pública” (idem).

Historicamente, as campanhas foram usadas como parte do escopo de estratégias de Estados com regimes totalitários – sobretudo, quando um determinado país passava por um período em atividades de guerras ou, em alguns casos, nos momentos de golpe e ditadura política. No Brasil, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado no governo do então presidente Getúlio Vargas, na vigência do Estado Novo, com a finalidade de garantir um consenso social para a implementação de políticas públicas. Cardoso (2012) relata o surgimento de um aparelhamento ideológico do Estado, a partir do funcionamento de órgãos públicos e desenvolvimento de políticas públicas, que atuou nos setores de Educação e Comunicação para a promoção das Campanhas Sanitaristas – propulsoras da Saúde Pública no Brasil.

Essa herança das campanhas de Saúde Pública no país, em paralelo às formas de comunicação usadas para fins militares e políticos, está, hoje, em pleno vapor no mundo. Capitaneadas, sobretudo, pelas agências de

comunicação e marketing, as campanhas seguem uma lógica de projetos políticos, em seus mais diferentes contextos sociais ou de mercado. As estratégias de abordagem e persuasão são idealizadas, criadas e implementadas para demandas de um público-alvo, cumprindo objetivos, batendo metas e vendendo conceitos, em forma de valor, ofertados por um grupo, que dispõe de recursos. Empresas passaram a profissionalizar suas formas de mediações com seus públicos. As centrais sindicais, confederações de trabalhadores e sindicatos também.

Mediações e estudos de produção e recepção

Para além dos estudos de produção e recepção, o projeto tem contribuições do Fausto Neto (2010) sobre os processos de circulação de sentidos. Nesse caso, a análise dos sentidos de risco não será centrada apenas nos suportes de comunicação das entidades que representam a bancada de trabalhadores na CNPBz – como as cartilhas produzidas exclusivamente sobre o tema -, o que configuraria o polo de produção de mensagens, como também, não é focada apenas em sondagens de opinião sobre apropriações de sentidos, o que poderia se justificar enquanto polo de recepção de mensagens.

“De um lado, concentrados em processos de complexas convergências tecnológicas; por outro lado, observa-se que os receptores perambulam por várias mídias, migrando em seus contatos com os mesmos, e quebrando zonas clássicas de fidelização com vários deles” (NETO, 2010, p.64). Assim, os sentidos de risco estão entre a recepção e a produção. É possível captar as percepções de risco do trabalhador quanto à atividade que desenvolve, a partir da própria experiência e das leituras que fazem dos materiais de comunicação da bancada laboral da CNPBz, mas, em interação com a análise destes materiais, a partir de técnicas que possam identificar marcas discursivas entre o dito e o não-dito sobre os riscos de exposição destes trabalhadores ao benzeno.

Braga (2010) recorre ao conceito de interatividade, pelo qual essa imbricação produção/recepção “envolve um auto-monitoramento, em que o usuário reflete não apenas sobre os conteúdos do produto, mas, também,

sobre as interpelações que este lhe dirige; e sobre seu próprio repertório pessoal, conforme solicitado por estas interpelações” (p.12). Ou seja, a análise de apropriação não está apenas no suporte de mídia ou somente nas sondagens de percepção do sujeito, e sim, numa abordagem de aproximação de ambas as modalidades como parte de uma única avaliação. Mais do que na relação entre produtor e receptor em torno de um produto específico, trata-se de relações amplas entre um sub-sistema produtor/produto e um sub-sistema receptor/produto, permeadas ainda em outras mediações (idem, p.8).

Tanto Fausto Neto (2010) quanto Braga (2010) recorrem a Martín-Barbero (2004) para observar como os sujeitos estabelecem vínculos pelos quais projetam suas identidades e constroem referenciais simbólicos, a partir do que chama de mediações. A contribuição de Martín-Barbero é ajudar a ver diferentes ocorrências de comunicação presentes na vida prática, no cotidiano dos sujeitos, para além dos suportes midiáticos de massa. Trata-se dos fenômenos de interação envolvendo emissor, receptor, dispositivos técnicos e institucionais pelas quais os sujeitos mesclam papéis e negociam sentidos entre os discursos que circulam nas suas redes de sociabilidades.

Isso requer um esforço para enxergar as questões centrais apontadas por este projeto não apenas como um problema de Comunicação, constituída de uma materialização de sentidos em cartazes, cartilhas, jornais impressos, *websites*, redes sociais na Internet; muito menos em outras publicações dos meios de comunicação de massa, como TV, Rádio, entre outros. E, por mais que o campo da Comunicação Organizacional tenha abarcado objetos de investigação para além de empresas e instituições diversas, contemplando entidades sindicais e aquelas dos movimentos sociais, entender e mapear os processos de circulação de sentidos é investigar traços de representação de sujeitos entre cada suporte de informação e comunicação, entre cada ato de fala que os indivíduos manifestam e entre os espaços institucionais pelos quais se associam nos seus processos de sociabilidades.

Noções sobre sentidos de riscos são mediadas

As representações das noções de risco traduzem fenômenos de uma ordem simbólica. Se, então, seres simbólicos estabelecem práticas de

comunicação para traduzir intenções e estabelecer consensos e dissensos quanto aos seus interesses, atribuem-se significados aos elementos de representações dos fenômenos da vida.

No caso de um contexto em sociedade, perfazemos esse processo de interpretação da realidade coletiva, através de informações circulantes ao longo de um tecido de representações, formado pelos atores sociais. Codificamos e decodificamos elementos que traduzem uma ordem de coisas as quais atribuímos valor e sentido, no intuito de criarmos referenciais para nortear uma visão de mundo. Bourdieu (1989; 1997b) se refere à existência de estruturas subjetivas, quando os grupos de representação de indivíduos perpetuam sentidos de percepção de uma dada realidade e reforçam graus de pertencimento e identidade. Assim, criam normas de condutas sociais e legitimam formas de poder que, através de estruturas objetivas, compõem estatutos legítimos de suas instituições.

A partir de Martín-Barbero (2004), nos atentaremos em elucidar diferentes ocorrências de comunicação presentes na vida prática, no cotidiano dos sujeitos, para além dos suportes midiáticos de massa. Consideramos que o conceito de mediações orienta nessa análise. Como um exemplo de como isso ocorre no nível das práticas da CNPBz, entendemos que a criação de comissões específicas em defesa dos trabalhadores representa um avanço na disputa de poder nos entremeios das relações trabalhistas, além da realização de eventos que reúnem diferentes pares da área para deliberar decisões. Considera-se a secção trabalhadores enquanto grupo com interesses próprios e que, portanto, também têm seus aparatos institucionais de representação – entidades de classes profissionais e sindicatos como próximos à tal missão. Também há outras hibridizações representativas em que estas instituições, de uma ou outra forma, promovem mediações de interesses aos trabalhadores entre si, entre os entes dos poderes público e patronais, incluindo centrais, confederações e comissões temáticas.

Discurso e procedimentos: interdição, separação e rejeição

Para Foucault (1996), em toda sociedade a produção do discurso é controlada, organizada, selecionada e distribuída por procedimentos, que

buscam minimizar os perigos do discurso, evitar aleatoriedades, e diminuir o peso de sua materialidade. Ninguém gostaria de mexer com os discursos, gostaria que a realidade dos sentidos pudesse ser transparente e calma ao nosso redor. Mas a universidade retira o medo de começar. Acalma mostrando o discurso como lei, um lugar onde o discurso é honrado mais também desarmado.

Afinal, o poder do discurso é dado senão por nós mesmos. Mas essa instituição e esse desejo pode ser fruto das inquietações que o discurso promove – o que há de perigoso na fala e proliferação de discursos? O autor se refere às formas de organização dos discursos, as quais se busca, através destes, dominar os poderes, dominar os acasos e as aleatoriedades e determinar condições de seu funcionamento.

Para “dominar os poderes”, ocorrem os processos de exclusão, via disputas de sentidos e representações através dos discursos. O primeiro deles é o da interdição. Não se pode dizer tudo; não se pode dizer em determinadas circunstâncias; certas pessoas não podem dizer. Em outras palavras, tabu do objeto, ritual da circunstância, direito de fala do sujeito. Essas interdições se cruzam. Para ele, sexualidade e política são áreas de nosso tempo que exercem forte interdição sobre os discursos, revelando o discurso como lugar de exercer poder. O discurso não só meio de lutar e externar desejos. Ele é objeto pelo qual se luta, objeto de desejo.

Outro processo de exclusão se dá por “separação e rejeição” – o discurso do louco não existe (ou é inválido ou mítico) e é por meio dele que se distingue a loucura. Esses procedimentos ainda acontecem, só que de outras formas – por exemplo, o médico ouve, a fim de censurar. A fala do louco flui, mas o silêncio da razão está alerta. Outro procedimento de exclusão, só que parcial: oposição entre verdadeiro e falso. Dentro de um discurso essa oposição não é arbitrária e nem violenta. Mas se buscarmos o sentido geral das proposições, em perspectiva histórica, veremos essa oposição agir como um sistema de constrangimento, histórico e institucionalizado. Essa separação vem desde a Grécia – o discurso verdadeiro era um ato de direito gerador do futuro. Depois, o sentido se deslocou do ato de enunciação para o enunciado e seu sentido.

Assim, ao pensar sobre gestão de riscos nos processos de saúde/doenças relacionados à exposição ao Benzeno, os sentidos quanto às responsabilidades ao próprio processo em que estão inseridos, trabalhadores e patrões, se dão por lugares de fala: quem atribui ou não os indicadores de risco se dão por interdição. O próprio discurso biomédico, enquanto hegemônico dos padrões de segurança operacional, acaba legitimando o que e quem fala e para quem fala ou representam as deliberações da CNPBz. Separação e rejeição dos sentidos de DDS ocorrem, muitas vezes, de forma sutil e velada.

É como se os processos subjetivos de atribuição de riscos fossem minimizados por escalas de probabilidades de ocorrências de eventos em que o patrão consegue, através da Medicina Ocupacional, estabelecer conjuntos de verdades. O conhecimento hierarquizado dos materiais de comunicação representa uma verdade científica, a qual parece inquestionável, quando os passivos trabalhadores são instruídos para seguir o correto e pactuado pelos autorizados do discurso normativo de saúde.

5. METODOLOGIA

Este estudo se dedica à investigação dos processos comunicativos da CNPBz. As campanhas institucionais, enquanto gênero discursivo de apresentação dos riscos e das medidas a serem responsivamente adotadas nas relações empregado-empregador - pela anulação, prevenção ou mitigação de seus impactos, considerando a ocorrência destes riscos -, trazem marcas estratégicas de representações de poder que podem ser mapeadas.

Para sua exequibilidade, no período de um ano, e por considerar que a produção-circulação-apropriação são indissociáveis, primeiramente, será efetuada a análise da cadeia de produção de sentidos sobre a noção de riscos junto aos trabalhadores. Para tal, será realizada a coleta de dados acerca das principais deliberações sobre os riscos de exposição ao Benzeno, promovidas pela CNPBz, desde o ano de sua fundação, em 1995, até o ano de 2016. No conjunto dos materiais considerados como corpus de análise, estão as atas de reuniões dos encontros regionais e nacionais e os materiais de comunicação. Estes foram escolhidos por constituírem práticas de representação simbólica

nos processos interacionais da Comissão. Eles traduzem intenções e conformam interesses – por vezes, ocultos, também distorcidos (pelo que convém mostrar) ou explícitos via linguagem, entre o dito e o não-dito, entre o ideal e o pragmático - sobre as representações de risco ao trabalhador exposto ao Benzeno.

Etapa 01 – Coleta e análise de Atas de reuniões da CNPBz

No que diz respeito às reuniões da CNPBz, elas constituem uma arena discursiva, pela qual a participação, o ato de argumentar e as deliberações representam o processo de negociação de interesses dos diferentes atores, em seus diferentes espaços de poder, que se integram por processos dialógicos, ainda que para estabelecer consensos e dissensos. As atas resultantes dessas reuniões representam consensos e dissensos, modelados através destes atos de fala, em que são deliberadas decisões sobre a realidade laboral para, assim, localizar os polos de responsabilização de risco nessa relação trabalhista envolvendo o Benzeno.

Por isso, está prevista a coleta de atas de reunião da CNPBz, disponíveis no *website* do Ministério do Trabalho e Emprego, que integra o conjunto de atividades realizadas pela Comissão - atas de reuniões dos encontros regionais e nacionais serão predominantemente consideradas. Serão coletadas e analisadas as atas da CNPBz em duas modalidades de reuniões: Ordinárias Deliberativas, que são aquelas em que são deliberadas decisões de ordem técnica e política relacionadas às atividades da cadeia de produção ou de representações das bancadas da Comissão em um determinado período; e Plenárias, que envolvem debates e seminários acerca de temas importantes à categoria, ou também, que se caracterizam por ser um momento de prestação de contas dos atuantes na pauta do que fora executado (ou não) nas reuniões deliberativas.

O recorte de análise das atas de reuniões é, inicialmente, temporal: Deliberativas, de 29 de março de 1996 à 04 de dezembro de 2015; Plenárias, de 18 de junho de 2010 à 25 de setembro de 2015. São 72 atas de reuniões Deliberativas; 17 atas são de Plenárias. As reuniões acontecem em todo o

país. Não há calendário definindo com datas previamente estabelecidas para que os encontros aconteçam. Se realizam em função de demandas, que são comunicadas entre os pares que atuam na CNPBz²..

Para subsidiar a elaboração deste projeto, como fase exploratória de campo (Minayo, 2000), foi iniciada a busca no *website* citado, no período de 15 dezembro de 2016 à 23 de janeiro de 2017. A partir uma análise preliminar de 89 atas, dois problemas se configuram. Primeiro, no que tange às representações de interesses com base nas concepções unilaterais de saúde/doença sobre as relações sociais e de trabalho. Sendo o ‘risco’ uma variável de Determinação Social em Saúde (DDS), as deliberações da CNPBz valorizam os dados biomédicos - quando as ações de Vigilância em ST, tão caras (também) à Epidemiologia, são apropriadas de modo peculiar pela ala patronal da Comissão - mas, desconsideram a complexidade de percepção e atribuição de sentidos aos riscos em que são significadas e resignificadas pelos trabalhadores.

Os discursos presentes nas atas revelam as noções de risco são construídas de modo que os trabalhadores são os responsáveis pela própria segurança, quando, em contrapartida, as condições em que são submetidos ao labor são negociadas com parâmetros disputados entre as bancadas da CNPBz que, muitas vezes, são “padronizados” conforme a Medicina Ocupacional os legitima. E, segundo: a comunicação exercida entre os representantes laborais da Comissão e trabalhadores reforçam as noções de risco sobre o exercício de atividades em exposição ao Benzeno com base nos mesmos critérios adotados nas deliberações da CNPBz, que silenciam os fatores de DDS e amplificam a situação de vulnerabilidade do trabalhador.

Etapa 02 – Coleta e análise de materiais de comunicação produzidos pela CNPBz

Os materiais de comunicação - como cartilhas, jornais, boletins, folders e etc – agendam e enquadram o tema como base nas deliberações apontadas em atas de reuniões da Comissão. Os discursos se movem conforme as

² No apêndice à este projeto, localizado na página 34, uma tabela ilustra datas e locais onde as reuniões são realizadas

noções hegemônicas acerca da realidade de exposição do trabalhador ao Benzeno.

Por isso, seguida a análise das atas, serão coletados materiais de campanha sobre o tema produzidos pelos entes laborais e pelos entes de representação do poder público que compõem a CNPBz. Serão priorizadas as cartilhas: ainda constituem um dos principais instrumentos de comunicação utilizados nos sindicatos de todo o Brasil – principalmente no formato impresso.

Após a coleta será efetuada a análise dos dispositivos de enunciação para que possamos entender como as construções das noções de risco podem enquadrar ou não a responsabilização do trabalhador quanto aos processos de saúde/doença nas suas atribuições. O objetivo desta análise é identificar os dispositivos da enunciação que constituem a cena discursiva, tendo como referencial alguns dos elementos da Análise de Discursos (AD), como discurso, intertextualidade, sentidos, entre outros.

A análise do conjunto de materiais coletados é fundamental para evidenciar as relações de poder presentes nas interações dos sujeitos no processo comunicativo da CNPBz. Por isso, mapear as vozes discursivas e as mensagens desse circuito comunicacional, figurados nestes materiais, é imprescindível para que se possa entender de que forma a responsabilização do trabalhador pela própria carga de risco mantém uma ordem de hegemonia pela qual os trabalhadores são algozes das próprias relações sociais e de trabalho que os constituem, os envolvem e, também, os determinam - numa condição desigual em relação ao silenciamento patronal quanto à vulnerabilidade em que estão submetidos.

6. CRONOGRAMA

ATIVIDADE	PERÍODO
Levantamento e revisão bibliográfica Redação do referencial teórico	5 meses
Coleta das atas de reunião Coleta dos materiais de comunicação	1 mês
Análise das atas de reunião Análise dos materiais de comunicação Redação da pesquisa empírica	3 meses
Revisão e formatação da dissertação Elementos pré e pós-textuais	3 meses
	TOTAL: 1 ANO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. Rodrigues; GOMES, Rogério Miranda. **Medicalização Social e Educação: Contribuições Da Teoria Da Determinação Social Do Processo Saúde-Doença**. Nuances: Prudente-SP, 2014.

ARAÚJO, I. S. **O Campo da Comunicação e saúde: contornos, interfaces e tensões**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, 36.,2013, Manaus. Comunicação em tempo de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades. Anais. São Paulo: Intercom, 2013. v. 1.

BECK, Ulrich. **Sociedade do Risco – Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo (SP): Editora 34, 2013.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1997b.

BRAGA, José Luiz. **Interação e Recepção**. In: 9º ENCONTRO NACIONAL DA COMPOS. Anais eletrônicos... Porto Alegre: PUC/RS, 2000.

CARDOSO, Janine M. **Entre vítimas e cidadãos: risco, sofrimento e política nas narrativas do Jornal Nacional sobre as epidemias de dengue**. 2012. p.12-35. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – ECO/UFRJ: Rio de Janeiro-RJ, 2012.

CASTIEL, L.DAVID; GUILAM, M.C.R; FERREIRA, M. S. **Correndo o Risco: uma Introdução aos Riscos em Saúde**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Fiocruz, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **II Conferência Nacional de Saúde: Relatório Final**, apresentado em 05/05/1994: Brasília (DF).

CZERESNIA, D., MACIEL, E.M.G.S., OVIEDO, R.A.M. **Os sentidos da saúde e da doença**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Fiocruz, 2013.

DELEUZE, G. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução por Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. 3ª. ed. (Coleção Campo

Teórico). Tradução de L'Archeologie du Saviors.

_____. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOMEZ, CM; THEDIM-COSTA, S. M.F. **O Campo da Saúde do Trabalhador - percursos e dilemas**. Cadernos de Saude Publica, v. III, n.3, p. 21-32, 1997.

_____. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2000.

Lacaz, F. A. C. (1996). **Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical**. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp, Campinas.

MARTÍN-BARBERO. **Ofício de cartógrafo: travessia latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/FUNDACENTRO. **Efeitos da Exposição ao Benzeno para a Saúde**. Sério Benzeno: Fascículo 1. São Paulo (SP), 2012.

NETO, Fausto. **As Bordas da Circulação**. Rio de Janeiro (RJ): Revista Alceu, v. 10 - n.20 - p. 55 a 69 - jan./jun. 2010.

PAIM, J. S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SANTOS, A. Kelly. **Análise do processo comunicativo mediado por impressos: o ponto de vista dos atores dos Programas de Saúde do Trabalhador**. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fundação e Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Rio de Janeiro (RJ): 2003.

_____. **Comunicação e Saúde do Trabalhador**. Juruá Psicologia: Curitiba (PR), 2009.

SINDICATO DE QUÍMICOS UNIFICADOS DE SÃO PAULO. **Intoxicação no Local de Trabalho**. Coleção 2 - Doenças e Acidentes de Trabalho: Campinas-SP, 2009.

TEIXEIRA, R. T. , CYRINO, A. P. **As ciências sociais, a comunicação e a saúde**. Ciênc. Saúde coletiva [online]. 2003, vol.8, n.1, pp.151-172.

ZIONE, Fabiola e WESTPHAL, Márcia F. **O Enfoque dos Determinantes Sociais de Saúde sob o Ponto de Vista da Teoria Social**. São Paulo-SP, p.26-34, 2007. Série Saúde Social.

APÊNDICE

1. Composição da CNPBz

A CNPBz tem a composição dos seguintes representantes institucionais (titulares e suplentes), conforme ilustra a tabela I, disposta abaixo:

BANCADA	ENTES DE REPRESENTAÇÃO	
Empregadores	<ul style="list-style-type: none"> - Confederação Nacional da Indústria (CNI); - Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo (Simproquim); - Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS); - Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); - Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP); - Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás); 	
Governo	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério do Trabalho e Emprego: Secretaria de Inspeção do Trabalho / Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho / Fundacentro-CTN; - Ministério da Saúde: Fiocruz; - Ministério da Previdência e Assistência Social: INSS; - Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio; 	
Trabalhadores	<i>Centrais e Confederações Sindicais</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Central Única dos Trabalhadores (CUT); - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); - Força Sindical (FS); - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); - União Geral dos Trabalhadores (UGT);
	<i>Sindicatos representados por CUT, FS e CNTI</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias; Petroquímicas de Triunfo (Sindipolo/Rio Grande do Sul); - Sindicato de Petroleiros (Sindipetro) na Bahia; - Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo; - Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco (Sindob); - Sindicato dos Frentistas de Campinas; - Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Combustíveis do Estado da Bahia (Sinposba);

2. Cronograma de reuniões da CNPBZ

I. Ordinárias Deliberativas

Nº	ENTIDADE ANFITRIÃ	LOCAL	DATA
72	TEM	Brasília (DF)	04 de dezembro de 2015
71	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	24 e 25 de setembro de 2015
70	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	11 de junho de 2015
69	FUNDACENTRO	Belo Horizonte (MG)	06 de novembro de 2014
68	FIEB	Salvador (BA)	04 de setembro de 2014
67	MTE	Brasília (DF)	20 e 21 de maio de 2014
66	FUNDACENTRO	Belo Horizonte (MG)	27 de março de 2014
	MTE	Brasília (DF)	13 de março de 2014
65	MTE	Brasília (DF)	20 de fevereiro de 2014
64	MTE	Brasília (DF)	11 de dezembro de 2013
63	FUNDACENTRO	Salvador (BA)	15 de Agosto de 2013
62	SINDIPOLO	Porto Alegre (RS)	21 de Março de 2013
61	CNTC	Brasília (DF)	07 de dezembro de 2012
60	SINDIPETRO	Manaus (AM)	20 de Setembro de 2012
59	FUNDACENTRO	Salvador (BA)	23 de Março de 2012
58	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	05 de Julho de 2012
57	SRTE	Porto Alegre (RS)	08 de Dezembro de 2011
56	SINDIPETRO	Belo Horizonte (MG)	06 de Outubro de 2011
55	FUNDACENTRO	Vitória (ES)	07 de Julho de 2011
54	SINDIPETRO-RJ	Rio de Janeiro (RJ)	23 de setembro de 2010
53	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	17 de junho de 2010
52	MTE	Brasília (DF)	25 de março de 2010
51	CNI	Brasília (DF)	21 e 22 de maio de 2009
50	-	Salvador (BA)	04 e 05 de dezembro de 2008

49	-	Porto Alegre (RS)	17,18 e 19 de setembro de 2008.
48	-	Belo Horizonte (MG)	18,19 e 20 de junho de 2008
47	-	Rio de Janeiro (RJ)	13 E 14 DE MARÇO DE 2008
46	-	Salvador (BA)	13 e 14 de dezembro de 2007
45	-	Porto Alegre (RS)	02 e 03 de agosto de 2007
44	-	Belo Horizonte (MG)	22 e 23 de março de 2007
43	-	Salvador (BA)	06 e 07 de dezembro de 2006
42	-	Rio de Janeiro (RJ)	10 e 11 de agosto de 2006
41	-	Belo Horizonte (MG)	: 04 e 05 de maio de 2006.
40	-	Curitiba (PR)	09 de dezembro de 2005
39	-	Salvador (BA)	15 e 16 de setembro de 2005
38	-	Brasília (DF)	16 e 17 de junho de 2005
37	-	Porto Alegre (RS)	17 e 18 de março de 2005
36	-	Salvador (BA)	02 e 03 de dezembro de 2004
35	-	Vitória (ES)	16 e 17 de setembro de 2004
34	-	Rio de Janeiro (RJ)	17 e 18 de junho de 2004
33	-	Curitiba (PR)	27 e 28 de novembro de 2003
32	-	Brasília (DF)	15 de abril de 2004
31	-	Curitiba (PR)	27 e 28 de novembro de 2003
30	FUNDACENTRO	Belo Horizonte (MG)	14 e 15 de agosto de 2003
29	DRT/RS	Porto Alegre (RS)	15 e 16 de maio de 2003
28	-	Belo Horizonte (MG)	05 de dezembro de 2002
27	DSST	Brasília (DF)	22 e 23 de agosto de 2002
26	FUNDACENTRO	Salvador (BA)	23 e 24 de maio de 2002
25	SINDIPOLO	Porto Alegre (RS)	27 e 28 de setembro de 2001
24	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	28 e 29 de junho de 2001
23	FUNDACENTRO	Vitória (ES)	29 e 30 de março de 2001
22	MTE	Brasília (DF)	14 e 15 de

			Dezembro de 2000
21	MTE	Brasília (DF)	24 e 25 de Agosto de 2000
20	MTE	Brasília (DF)	24 e 25 de Agosto de 2000
19	DSST	Brasília (DF)	22 e 23 de agosto de 2000
18	MTE	Brasília (DF)	19 e 20 de Junho de 2000
17	DRT	São Paulo (SP)	17 e 18 de Fevereiro de 2000
16	FUNDACENTRO	Salvador (BA)	9 e 10 de Dezembro de 1999
15	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	26 e 27 de agosto de 1999
14	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	27 de Outubro de 1998
13	Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas	São Paulo (SP)	20 e 21 de agosto de 1998
12	SSST	Brasília (DF)	03 de Junho de 1998
11	FUNDACENTRO	Salvador (BA)	14 e 15 de Maio de 1998
10	SINDIPETRO	Rio de Janeiro (RJ)	12 de Março de 1998
9	CESTEH da FIOCRUZ	Rio de Janeiro (RJ)	04 de dezembro de 1997
8	DRT	São Paulo (SP)	04 e 05 de setembro de 1997
7	DRT	São Paulo (SP)	15 de Maio de 1997
6		Brasília (DF)	16 de Abril de 1997
5	DRT	São Paulo (SP)	20 de Fevereiro de 1997
4	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	18 de Novembro de 1996
3	SSST	Brasília (DF)	22 de Outubro de 1996
2	-	-	16 de Abril de 1996
1	-	São Paulo	29 de Março de 1996

II. Plenárias

Nº	ENTIDADE ANFITRIÁ	LOCAL	DATA
21	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	25 de setembro de 2015
20	FUNDACENTRO	Belo Horizonte (MG)	07 de novembro de 2014
19	FIEB	Salvador (BA)	05 de setembro de 2014
18	CNTC	Salvador (BA)	12 de dezembro de 2013
17	FUNDACENTRO	Salvador (BA)	16 de Agosto de 2013
16	SINDIPOLO	Porto Alegre (RS)	22 de Março de 2013
15	CNTC	Brasília (DF)	07 de dezembro de 2012
14	SINDIPETRO	Manaus (AM)	21 de Setembro de 2012
13	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	06 de Julho de 2012
12	FUNDACENTRO	Salvador (BA)	24 de Março de 2012
11	SINDIPETRO	Manaus (AM)	21 de Setembro de 2012
10	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	06 de Julho de 2012
9	FUNDACENTRO	Salvador (BA)	24 de Março de 2012
8	SRTE	Porto Alegre (RS)	09 de Dezembro de 2011
7	SINDIPETRO	Belo Horizonte (MG)	06 de Outubro de 2011
6	SINDIPETRO	Belo Horizonte (MG)	06 de Outubro de 2011
5	FUNDACENTRO	Vitória (ES)	08 de Julho de 2011
4	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	18 de junho de 2010
3	FUNDACENTRO	São Paulo (SP)	16 de junho de 2010
2	FUNDACENTRO	Brasília (DF)	26 de março de 2010
1	SINDIPETRO	Rio de Janeiro (RJ)	24 de setembro de 2010

Legenda - siglas:

CESTEH/FIOCRUZ - Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana;

CNI – Confederação Nacional da Indústria;

CNTC - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio

DSST – Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho;

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia;

FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho;

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;

SINDIPETRO – Sindicato dos Petroleiros

SINDIPOLO - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica de Triunfo/RS;

SRTE – Secretaria Regional do Trabalho e Emprego/Ministério do Trabalho e Emprego;

SSST -Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho/MTB.